

Belo Horizonte, 20 de março de 2020

À

Agente de Licitação (Portaria da Presidência PP nº 013/2019)

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Estado de Minas Gerais

Enviado por e-mail - compras@prodemge.gov.br

Assunto: **Solicitação de Adiamento de Sessão Pública**

Ref.: **Edital de Licitação Eletrônica nº 001/2019** ("Licitação") - Processo Eletrônico nº 5141001085/2019 – Contratação de serviços de telecomunicações necessários à implantação, operação, manutenção e gerenciamento da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais.

Prezada Senhora,

ALGAR TELECOM S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74 ("ALGAR TELECOM"), por seu representante legal abaixo assinado, vem expor e requerer o que segue:

CONSIDERANDO QUE, após a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, o Covid-19/Coronavírus é expressamente tratado como uma pandemia, tendo em vista os níveis alarmantes da dispersão do vírus e da severidade dos casos, bem como do número de contaminados e de mortes.

CONSIDERANDO QUE a pandemia do Coronavírus tem afetado negativamente diversos países, incluindo o Brasil.

CONSIDERANDO QUE o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (Portaria nº 188, de 2020).

CONSIDERANDO QUE o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte declararam situação de emergência em saúde pública ocasionada pelo Coronavírus (Decreto Estadual nº 113, de 2020, e, Decreto Municipal nº 17.297, de 2020).

CONSIDERANDO QUE o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – TJMG suspendeu o expediente em razão da atual crise nacional da pandemia do Coronavírus e do rápido agravamento



da situação em Minas Gerais (Portaria Conjunta nº 948, de 2020), assim como também fizeram os tribunais de outros estados, tais como o TJ/DF, TJ/MT, TJ/RJ, TJ/RS, TJ/SP, TJ/SC, TRT 1ªRegião, TRT 2ªRegião, TRT 4ªRegião, TRT 10ªRegião, TRF 2ªRegião e TRF 3ªRegião.

CONSIDERANDO QUE a declaração de situação de emergência em saúde pública foi feita por outras cidades também, tais como São Paulo (Decreto Municipal 59.283, de 2020) e Rio de Janeiro (Decreto Municipal 47.263, de 2020), e, pelo Estado do Rio de Janeiro (Decreto Estadual 46.973, de 2020).

CONSIDERANDO QUE o pedido de reconhecimento de calamidade pública feito pelo Governo Federal, ao Congresso Nacional, por meio do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 18/03/20, e, aguarda aprovação do Senado Federal, que deve acontecer na data de hoje.

CONSIDERANDO QUE todo este contexto em que se encontra o país, em especial o Estado de Minas Gerais, tem prejudicado sobremaneira o dia a dia das empresas, tendo em vista os esforços coletivos e as inúmeras restrições em vigor atualmente para contenção da pandemia.

CONSIDERANDO QUE estes esforços têm sido feitos também de forma voluntária pelas empresas, para contribuir como podem na contenção do Coronavírus.

CONSIDERANDO QUE a ALGAR, no que toca aos preparativos para participação na presente licitação, em especial, a elaboração da proposta comercial, tem enfrentado grandes dificuldades para tanto em razão das consequências da pandemia, uma vez que o funcionamento da empresa se encontra em escala reduzida, com equipes trabalhando em esquema de revezamento e home office.

CONSIDERANDO QUE os preparativos para a elaboração da proposta, notadamente reuniões com potenciais parceiros, fornecedores e prestadores de serviços foram restringidas, remarcadas ou canceladas, também em razão da necessidade de funcionamento especial destas empresas, o que atrasa sobremaneira as tratativas necessárias para fins de definição do modelo de participação na licitação e montagem da proposta.

CONSIDERANDO QUE há também séria restrição para deslocamentos, viagens e visitas de campo para verificações *in loco*, o que também tem dificultado os esforços da ALGAR para a elaboração da proposta.

CONSIDERANDO QUE, adicionalmente ao acima, a ALGAR, assim como as demais operadoras, tem envidado enormes esforços para atender a demanda extraordinária de empresas e

por órgãos governamentais para o aumento de velocidade de internet, com vistas a suportar o grande e súbito número de pessoas trabalhando remotamente, o que requer da ALGAR enorme concentração de esforços com objetivo de atender a todas as solicitações a tempo e modo, assim como redireciona volume considerável das ações da ALGAR para outros setores e áreas críticos.

CONSIDERANDO QUE se trata de uma situação excepcional, na medida em que, ao mesmo tempo que esta situação de emergência requer a dispersão de funcionários da ALGAR para trabalharem de suas casas, com a consequente restrição da produtividade e efetividade de suas funções, requer também o aumento dos serviços prestados por ela para viabilizar esta nova demanda, que é o trabalho remoto de forma generalizada e em escala exponencial.

CONSIDERANDO QUE, como vem sendo amplamente noticiado pela mídia, a alteração na rotina da população brasileira com o avanço do Coronavírus tende a sobrecarregar parte da infraestrutura de internet, sendo que, nesse contexto de famílias inteiras em atividades remotas, inclusive, crianças e adolescentes, devido a suspensão das aulas escolares, é inevitável o aumento do consumo de vídeo, por exemplo, formato que demanda ainda mais banda larga.

CONSIDERANDO QUE todas as questões acima têm impactado sobremaneira os esforços da ALGAR para a elaboração de uma proposta competitiva, que atenda aos interesses da PRODEMGE, e, que, há necessidade de mais prazo para a realização dos estudos e avaliações pertinentes.

CONSIDERANDO QUE, além do acima, tem-se que, sendo a competitividade do certame o propósito maior da PRODEMGE, com vistas a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, qualquer situação que retarde, prejudique, ou até mesmo inviabilize a participação de empresas no Pregão, deve ser considerada com cautela e atenção. Não se trata de situação previsível, e nem de situação que possa ser desconsiderada, haja vista a seriedade com a qual as autoridades governamentais, empresas e famílias estão tratando o assunto.

Portanto, serve a presente para requerer que a sessão da Licitação Eletrônica inicialmente marcada para o dia 27/03/2020 seja adiada, por, pelo menos, 30 (trinta) dias, especialmente em virtude do momento de emergência que se instalou no país e que vem a cada momento provocando instabilidades e alterando cenários até então determinados, com objetivo de permitir às interessadas prazo maior para organização, preparação e participação na licitação de forma competitiva e efetiva.

Termos em que,

Pede-se deferimento.

Atenciosamente,

Luisa de Gois Aquino

ALGAR TELECOM S.A

Luisa de Gois Aquino

CPF nº 986.470.836-87

Responsável para contato: Luisa de Gois Aquino

Endereço: Av. José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, Uberlândia/MG

Telefone: 55 (34) 9 9971-3333

Endereço eletrônico: luisaga@algartelecom.com.br